

### Ata nº 121 / XIII /3.<sup>a</sup>

Aos doze dias do mês de abril de 2018, pelas catorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

#### Ordem do Dia:

#### 1. **Apreciação e discussão de projetos de votos**

#### 2. **Outros assuntos.**

---

Iniciada a sessão, dirigida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, o qual, após ter saudado todos os presentes, salientou, já no âmbito do **Ponto 1**, o trabalho de conciliação efetuado a partir de vários textos projetados para os dois Votos em apreço, subsequentes consultas e articulação intermediada pelos Serviços da Comissão, tudo realizado em tempo recorde.

Foi referido pelos Senhores **Deputados abaixo indicados**, o seguinte:

**José Cesário (PSD)**, que salientou a relevância de ambos os projetos em apreço. Em Douma, estavam em causa os direitos humanos e convenções internacionais aplicáveis, de há muito estabilizadas e adquiridas, faltando, ainda, imputar culpas em definitivo. Já em La Lys, afirmou, o elevado nível de representação oficial e o reconhecimento da bravura dos militares portugueses. Mais sublinhou recolher este procedimento a total concordância do PSD, em razão da matéria e do debate promovido, antes da sua apresentação final em Plenário.

**Paulo Pisco (PS)**, para sublinhar que estes votos exprimem aquilo que, em ambos os casos, deve ser assinalado. Entende o PS que do texto relativo a Douma deve constar



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidade Portuguesa

expressamente uma referência a “crimes contra a humanidade”. Mais recordou as palavras simbolicamente proferidas pelo Presidente francês durante as cerimónias alusivas a La Lys. Relativamente à metodologia adotada, referiu que o Grupo Parlamentar do PS reúne normalmente às quintas-feiras de manhã, momento onde são tratadas as matérias referentes à redação das diferentes iniciativas. Não sendo contra a consensualização prévia do teor dos votos, esta solução não deve prejudicar a capacidade política dos diferentes Grupos, devendo o teor das propostas a consensualizar ser conhecido atempadamente.

Interveio o Senhor **Presidente da Mesa** para sublinhar não estar em causa a autonomia e a competência de iniciativa dos Deputados. A questão tem essencialmente a ver com a natureza das matérias (política externa portuguesa) onde a Comissão deve ser um espaço de reflexão privilegiado, sendo que a base dos projetos deve sempre partir de cada um dos Partidos. Mais, opinou ser preferível um pequeno atraso na apresentação e discussão de uma iniciativa em Plenário, se daí resultar maior prudência e densidade de reflexão e, assim, maior responsabilidade institucional parlamentar.

Prosseguiram as intervenções dos Senhores **Deputados**, tendo-se registado, desta feita:

**Pedro Filipe Soares (BE)**, que começou por abordar a questão metodológica, salientado a competência legalmente cometida a qualquer Deputado para apresentar qualquer tipo de iniciativa, incluindo votos. Sobre os dois votos em concreto, e começando por La Lys, referiu que o voto em si não releva tanto das circunstâncias políticas reportadas à data, relativamente aos motivos da participação portuguesa no conflito em causa, pois Portugal não era uma potência europeia com interesse em participar na guerra. De substância, o BE nada teria a opor, ressalvando, porém e na forma, a necessidade de encurtar o número de caracteres do texto, o qual não deve ultrapassar os dois mil, tal como havia ficado estabelecido em Conferência de Líderes. No concernente a Douma, sublinhou a evidência de ataques químicos, embora sem clara e inequívoca atribuição de responsabilidades, sendo que a redação encontrada é cautelosa e tem a concordância, também, do PS. É muito importante salientar os ataques que a população síria tem sido alvo neste conflito, por parte de todos os intervenientes do mesmo, aspeto que deve ser condenado. Mais afirmou que, na eminência do agravamento do conflito, o voto deveria expressamente manifestar



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidade Portuguesa

preocupação com a escalada da guerra, aspeto do qual depende a concordância do BE a um texto consensualizado e sem o qual, não deixará de apresentar o seu próprio projeto.

Quis o Senhor **Presidente da Mesa** salientar a pertinência desta última intervenção, cuja partilha se deve ao facto de a Comissão ter decidido efetuar a presente discussão, aspeto que reputou dos mais nobres das atividades desenvolvidas pela Comissão. É ponto assente que os Grupos Parlamentares mantêm a sua legitimidade de iniciativa intocada, competindo aos Deputados da Comissão criar o espaço e o momento para tal. Exemplificou com o facto do voto recente acerca da Turquia, cujo teor, a contento das diferentes visões políticas com assento na Comissão, poderia ter sido discutido e consensualizada solução diferente à que veio a verificar-se. Quanto a La Lys, quis salientar que o voto tem por destinatários aqueles que, independentemente das explicações políticas de época, estão sepultados em nome de Portugal e dos seus familiares.

Registaram-se, ainda, as intervenções dos Senhores **Deputados**:

**João Gonçalves Pereira (CDS/PP)**, para acompanhar as palavras do Presidente da Mesa, no sentido da dignificação do trabalho da Comissão e gerar consensos e compromissos que são sempre muito importantes. Sublinhou a disponibilidade do CDS/PP para este tipo de trabalho e postura, sem beliscar as competências regimental e legalmente previstas.

**Paulo Pisco (PS)**, para propor a introdução de referências concretas à necessidade de evitar uma escalada do conflito na Síria; e à condenação pelo uso reiterado de armas químicas no mencionado conflito, devendo ser expressamente nomeada a utilização de gás.

Tomando a palavra, o Senhor **Presidente** propôs, ainda e relativamente ao voto de La Lys pequenas modificações de pormenor e solicitou a confiança dos presentes para que os Serviços elaborassem as respetivas redações finais, de forma a que possam as mesmas ser entregues na Mesa do Plenário em tempo útil. Posto o que, submetidos a votação, o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidade Portuguesa

projeto de voto relativo a Douma foi aprovado por maioria, com voto contra do BE e ausência do PCP; e o projeto de La Lys aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do PCP.

---

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença de todos, tendo declarado encerrada a sessão pelas 15 horas, da mesma tendo sido lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidade Portuguesa

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Joana Lima  
João Gonçalves Pereira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Maria Manuel Rola  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Carla Sousa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
Nuno Magalhães  
Porfírio Silva

**A presente Ata foi aprovada na sessão da Comissão ocorrida em 06/06/2018**